

Parque Lage: é difícil prever desfecho do caso

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND

RIO (Sucursal) — Mais de dois meses depois que um grupo de intelectuais e artistas decidiu entrar na Justiça com uma ação popular para embargar a construção de dois edifícios ao lado do Parque Lage, o prefeito Marcos Tamoio da Silva continua insistindo em sustentar veementemente a tese da legalidade na concessão da licença fornecida pela Prefeitura, embora os fatos demonstrem o contrário.

O movimento, apesar de inicialmente ignorado pela grande imprensa carioca e de seu aparente aspecto regional, adquiriu envergadura nacional, por se tratar de uma tomada de posição contra a especulação imobiliária e pela preservação de uma área verde, num momento em que se assiste em todo o País a substituição do verde por "monstros" de cimento armado. Isso, em detrimento da maioria da população brasileira, que não tem poder aquisitivo para, como sugere a publicidade, "usufruir a qualidade e o luxo".

Além disso, sem sobra de dúvida, essa tomada de posição revitalizou o instrumento jurídico contra outras possíveis irregularidades envolvendo o poder público. A revitalização da ação popular adquire ainda maior importância, pois serve de exemplo para os cidadãos (contribuintes) se sentirem, na prática, conscientes da participação em defesa da comunidade, em última instância dos próprios direitos.

INTIMIDAÇÃO

A ameaça da construtora Coema — empresa responsável pelas construções ao lado do Parque Lage, paralisada pela decretação do embargo liminar pelo juiz Vitor Magalhães, da 8.ª Vara Federal — de processar por perdas e danos os autores da ação popular é um exemplo típico de tentativa de intimidação, com o objetivo de que não haja iniciativas semelhantes em defesa das áreas verdes e da cidade de um modo geral.

Mas a tentativa não passou de um "blefe", e deixou muito mal a própria empresa. Nesta altura dos acontecimentos, uma das partes envolvidas vir à público com ameaças sem a menor consistência jurídica só serve para mostrar que reina certa apreensão, para não dizer pânico, na cúpula da empresa imobiliária, depois da paralisação das

obras por decisão judicial. Mais estranho ainda é o fato da construtora (e também os jornais locais que divulgaram a ameaça) ter silenciado a respeito do endosso do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, ao parecer do procurador da Fazenda Nacional, Cid Heráclito de Queiroz, solicitando o embargo das obras e posterior demolição dos prédios.

Mesmo sabendo-se que os atuais pareceres de órgãos do governo federal — a União é proprietária do Parque Lage — acontecem em função da ação popular, seria o caso de se questionar por que a cúpula da construtora Coema também não tenta processar, além do ministro Mário Henrique Simonsen, o ministro da Educação, Neí Braga, o diretor do Jardim Botânico, Osvaldo Meneses, o diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Renato Soeiro (que também ordenou o embargo de um dos prédios, até posterior exame técnico das condições de licenciamento). Todos eles endossaram a ação popular, tendo inclusive o procurador Cid Heráclito de Queiroz sugerido até um outro "remédio processual": a ação de nulificação de obra nova, ou seja, uma ação que visa a paralisação de uma obra em andamento que fira direitos de terceiros.

Antes mesmo da sentença final da ação popular, a posição de Marcos Tamoio da Silva na Prefeitura está bastante enfraquecida. Exemplo disso é o desmentido da Assessoria de Comunicação Social do Palácio da Guanabara à informação do prefeito de que o almirante Faria Lima teria também autorizado a construção dos dois edifícios da empresa Coema. Sem dúvida, é um fenômeno raro, e de consequências políticas importantes, o próprio questionamento por uma Câmara Municipal de um prefeito de Capital.

E difícil prever qual será o desfecho da (se é que assim podemos denominar) crise carioca. Uma coisa é certa: se o juiz da 8.ª Vara Federal, Vitor Magalhães, der ganho de causa à ação popular, ou seja, a sentença final decretar a demolição dos edifícios, a situação do prefeito Tamoio da Silva ficará insustentável. O andamento da ação leva a crer que a decisão judicial será contra o responsável pela autorização das construções.